

A EaD CONTRIBUI PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA?¹

Renata Gomes da Silva²; Eloiza Gomes de Oliveira³

Grupo 5.1. *Educação a distância e sociedade: Democratização, universalização e interiorização da formação e do conhecimento*

RESUMO:

O estudo tem como objetivo apresentar os resultados de um trabalho de pesquisa junto a duas universidades públicas federais do estado de Minas Gerais, delineando alguns conceitos sobre a democratização do ensino e seus efeitos no contexto da educação a distância, verificando a contribuição da EaD para democratização do acesso a educação pública no Brasil. Para melhor entendermos a relação da EaD com a Democratização no atual cenário das NTICs, foi aplicada um questionário com 14 perguntas, a um grupo de 93 professores tutores dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Matemática da Universidade Federal Ouro Preto UFOP e Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Neste ensaio apresentaremos às análises de apenas duas questões ligadas a democratização. Para tanto foi realizado o levantamento de informações referentes ao Projeto Político Pedagógico das instituições, associado à concepção-impressão que professores e tutores têm sobre a EaD, a fim de responder a questão de pesquisa. A metodologia utilizada foi amostra por conveniência. Os resultados preliminares serão apresentados neste ensaio.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação a Distância, Democratização, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

ABSTRACT:

THE EAD CONTRIBUTES TO THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO PUBLIC EDUCATION?

The study aims to present the results of a research paper with two federal public universities of the State of Minas Gerais, outlining some concepts about the democratization of education and its effects in the context of distance education, checking EaD's contribution to the democratization of access to public education in Brazil. To better understand the relationship of EaD with democratization in the current scenario of NTICs, was applied a questionnaire with questions 14, a group of 93 tutors of Graduate Courses in pedagogy and mathematics of Ouro Preto Federal University UFOP and University Federal de Juiz de Fora-UFJF. In this essay we will present analyses of only two issues linked to democratization. For both was conducted the survey of information regarding Pedagogical political project, institutions associated to the design-impression that teachers and tutors have on the EaD, in order to answer the research question. The methodology used was the sample for convenience. The preliminary results will be presented in this essay.

¹ Agência de Financiamento: CAPES

² Mestranda do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)– ataners@gmail.com

³ Professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – eloizagomes@hotmail.com

Keywords: *Public policies, distance education, Democratization, new information and communication technologies.*

1. Objetivos da Pesquisa

Cabe destacar que no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, os atores envolvidos na execução dessas políticas, sua metodologia de trabalho e seu entendimento do processo educativo, agregado à coordenação pedagógica, se apresentam como um indicador importante no exercício de sua implementação. A mediação é um fator crítico de sucesso e o papel do professor e do tutor tornam-se imprescindíveis. Sabemos da importância dos professores e tutores dos cursos a distância. Merece destaque o trabalho de professores e tutores, que, trabalhando em conjunto, proporcionam o aumento da eficácia do curso para o aprendizado dos alunos. Neste sentido, este trabalho buscou descobrir a concepção-impressão que professores e tutores, de determinados grupos de cursos, têm sobre a EaD.

Para tanto, esta pesquisa pretende lançar um olhar sobre a EaD mediada pela tecnologia, sob a ótica da equipe de desenvolvimento, ou seja, professores, tutores presenciais e a distância, diretamente envolvidos com as disciplinas curriculares dos Cursos de Pedagogia e Matemática das Universidades Federais de Ouro Preto e Federal de Juiz de Fora – MG.

Neste sentido, a pesquisa de campo pode ser definida como a observação dos fatos tal como eles ocorrem. Não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas. Neste intuito, foi aplicado um questionário para 03 tipos de públicos que trabalham no processo de mediação da aprendizagem: tutor presencial, tutor a distância e professor. Para tanto, foi preciso percorrer algumas questões, como: Concepções sobre a EaD, relação da EaD com o mercado de trabalho, contribuição para a formação humana, impacto da tecnologia no aprendizado e limitações do uso da educação mediada pela tecnologia. Neste trabalho focaremos apenas as questões ligadas à democratização.

De acordo com BARROS (2008, pág. 153), as hipóteses têm algumas funções na pesquisa, são elas: norteadora, unificadora, delimitadora, interpretativa, argumentativa, complementadora, multiplicadora. A função argumentativa tem como função desencadear inferências e funcionar como pontos de partida para deduções. Esses números encontrados nos apontam para alguns caminhos, ora dando direção à pesquisa, ora propondo uma possível solução para o problema investigado. É o que veremos ao longo das análises.

2. Políticas Públicas de EaD no Brasil

Sabemos que a EaD é uma modalidade importante no processo de construção de políticas públicas de educação no país. Neste sentido, torna-se importante destacar a criação da UniRede, que foi um consórcio interuniversitário criado, em dezembro de 1999, com o nome de Universidade Virtual Pública do Brasil. Seu lema foi dar início a uma

luta por uma política de Estado, visando à democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, e o processo colaborativo na produção de materiais didáticos e na oferta nacional de cursos de graduação e pós-graduação.

A UniRede reuniu um consórcio composto por 82 instituições públicas de ensino superior e 7 consórcios regionais, com o objetivo principal de democratizar o acesso à educação de qualidade, por meio da oferta de cursos a distância nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão, sob a forma de ensino regular gratuito e educação continuada.

Cabe destacar que um dos papéis importantes dos representantes da UniRede, foi a proposição de políticas públicas, fundamentadas em estudos realizados e apresentados ao Ministério da Educação e que deram suporte ao surgimento de Programas hoje implantados em todo o país, como o Prolicenciatura 1 e 2 e a própria UAB – Universidade Aberta do Brasil, cujo estudo e concepção de sua estrutura contaram com a participação ativa de representantes do Comitê Gestor e Conselho de Representantes da UniRede.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país". Fomenta a modalidade de Educação a Distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos, e estimula a criação de centros de formação permanentes, por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

No Brasil, as bases legais para a modalidade de Educação a Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto nº5622, publicado no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2005, com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361, de 2004.

A Secretaria de Educação a Distância (SEED) foi oficialmente criada pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. Entre as suas primeiras ações, nesse mesmo ano, estão a estreia do canal TV Escola e a apresentação do documento-base do “programa Informática na Educação”, na III Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Educação (CONSED). E após uma série de encontros realizados pelo país, para discutir suas diretrizes iniciais, foi lançado oficialmente, em 1997, o Proinfo – Programa Nacional de Informática na Educação, cujo objetivo era a instalação de laboratórios de computadores para as escolas públicas urbanas e rurais de ensino básico de todo o Brasil.

A Secretaria de Educação a Distância - SEED focava seu trabalho em três pontos de atuação principais: regulação e supervisão em Educação a Distância; infraestrutura em tecnologia educacional; e produção de conteúdos e formação em Educação a Distância. A SEED desenvolveu suas ações de forma articulada com os demais órgãos do MEC, com as Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com as redes de telecomunicações públicas e privadas, e com as associações de classe, para o aperfeiçoamento do processo de Educação a Distância, visando garantir aos educadores, aos alunos e ao público em geral a democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Eram princípios de atuação: o incentivo à autoria nas diversas mídias e a integração entre elas, sempre na perspectiva de valorizar os educadores e alunos, e de

contribuir para educação brasileira; o apoio ao desenvolvimento e uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação pelos sistemas públicos de ensino; incentivo à melhoria do padrão de qualidade da Educação a Distância em todos os níveis e modalidades.

Dessa forma, o Ministério da Educação, por meio da SEED, atuava como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de Educação a Distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, tinha como objetivo promover a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

A criação da SEED oportunizou um processo de discussão sobre essa modalidade de ensino em muitas universidades do país. Em vista disto, a EaD ganhou *status* de modalidade plenamente integrada ao sistema de ensino. Na sequência, o MEC baixou diversos decretos e portarias para regulamentar essa modalidade.

O Projeto de Lei da Reforma Universitária (Projeto de Lei Nº 7.200/2006) estabeleceu normas gerais, regulação da educação superior no sistema federal de ensino, alterando a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Ao analisar o Projeto de Lei da reforma universitária, gostaria de tratar da democratização e expansão no aspecto da oferta de cursos superiores a distância ora referendado em seu artigo 5º. De acordo com o documento acima em destaque, uma das justificativas da implantação da reforma trazia a justificativa de que o Brasil precisava urgentemente democratizar e qualificar suas instituições de ensino superior nos próximos seis anos, para cumprir as metas fixadas pelo *Plano Nacional de Educação – PNE*.

O documento trazia ainda em seu bojo a afirmativa de que era preciso mais do que dobrar o número de estudantes nas nossas instituições de ensino superior. O anexo ao Projeto de Lei de Reforma da Educação Superior teve como um dos seus objetivos centrais criar condições para a expansão com qualidade e equidade.

Levando em conta o sucateamento do ensino e a real incapacidade dos professores em acompanhar o ritmo acelerado das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, além da falta de investimento em infraestrutura, seria possível criar condições para essa expansão com qualidade e equidade diante da atual realidade brasileira? Como ficaria a diferença de formação de estudantes de ensino superior presencial e Ensino a Distância? Que tipo de profissionais esse modelo pretende formar? Veremos adiante que respostas podemos encontrar para essas questões.

Considerando o que afirma Ferreira (1993, p. 58), o Estado aparece, assim, como o palco das contradições entre as classes sociais, entre o capitalismo internacional e os interesses nacionais. Uma vez pressionado a atender as demandas sociais para aliviar o clima e a tensão, e sem ter condições objetivas para isso, não resta alternativa ao Estado, a não ser impor a ordem pela força política.

Mas o que poderia representar esta força? No meu entendimento, seria a legitimidade da lei, diante do aparelho de Estado. Nesse caso, a materialidade da lei da Reforma Universitária é representada pelo Projeto de Lei em questão. Arrisco-me a afirmar, ainda, que as sucessivas reformas legislativas que se seguiram fazem parte de um processo de planejamento que se propõe a construir grandes transformações e reformas

no sistema educativo que não terminam aqui, mas seguem seu curso nos governos que se sucedem.

O Decreto-Lei N.º 2.494, de 10/2/1998 menciona que a Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. Mais tarde, o Decreto N.º 2.561, DE 27 DE ABRIL DE 1998 altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto N.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que delega competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 8º da Lei N.º 9.394, de 1996, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância, dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico”.

Em 2001, ainda no governo FHC, foi aprovada a Portaria do Ministério da Educação, N.º 2253, de 18 de outubro, por meio da qual foram instituídas políticas de oferta de EaD nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, tendo sido definido que até 20% das disciplinas do Curso de Pós-Graduação presencial poderiam ser ofertados na modalidade a distância.

Nesse sentido de implementação, torna-se importante enfatizar, também, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando foram dados importantes passos para a regulamentação da EaD no Brasil, e ocorreram o maior número de transformações nas políticas públicas para a Educação Superior vigente no país, que tratam em especial da Reforma Universitária.

Otranto (2006) sustenta que a Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso através do Decreto, de 20 de outubro de 2003, *quando instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)* responsável por analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação com o objetivo mais amplo de realizar uma reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O documento se dividia em quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da Reforma Universitária.

A reforma “mais profunda”, definida a partir dessa política, passou pela reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes, Educação a Distância, autonomia universitária e financiamento, que, segundo o GTI, resolveriam o problema das instituições federais de educação superior. Este documento serviu de base para os demais que orientam a Reforma da Educação Superior Brasileira.

3. Caracterização das Instituições estudadas

3.1. Universidade A - universidade federal de Ouro Preto - UFOP

O Centro de Educação Aberta e a Distância - CEaD é uma unidade acadêmica da UFOP, a partir de dezembro de 2003, quando foi aprovado pelo Conselho Universitário.

Neste modelo de EaD, existe um departamento específico, onde os cursos são oferecidos, separadamente dos departamentos da educação presencial, ou seja, existe uma estrutura à parte onde os cursos de EAD são ofertados, com sede própria e funcionamento específico.

Tem sua origem no Núcleo de Educação Aberta e a Distância - NEAD, criado em 2000 e estando, então, vinculado à Pró-reitoria de Extensão, como o órgão responsável pela administração e coordenação didático-pedagógica dos Programas e Projetos de EAD da UFOP. A Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, desde 2000, oferece cursos na modalidade a distância nos níveis de Graduação e Pós-Graduação.

Atualmente, o CEaD oferece os cursos, na modalidade a distância, em Graduação de Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil, Licenciatura em Educação Básica – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Administração Pública e Pós-Graduação Lato Sensu em Tutoria em EaD e Práticas Pedagógicas. Congregando professores da UFOP das diversas áreas do conhecimento, e que resultam em equipes multidisciplinares, promove a democratização do saber, o acesso à educação e a interiorização da oferta de cursos para atender às demandas da comunidade e de entidades públicas e privadas.

3.2. Universidade B - universidade federal de Juiz de Fora - UFJF

O Centro de Educação a Distância (Cead), antigo Núcleo de Educação a Distância (NEaD), existe desde 2005. Em março de 2010, foi institucionalizado como um órgão suplementar da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, a partir de então, o Cead tornou-se responsável por coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico relativas à Educação a Distância (EaD) da UFJF. Atualmente, o Cead assessora 8 cursos a distância de graduação e 5 de pós-graduação, que somam cerca de 5.000 alunos em 30 polos de apoio presencial.

Diferentemente da UFOP a UFJF possui um modelo de EaD integrado com a educação presencial, onde os cursos são oferecidos e funcionam no mesmo departamento dos cursos presenciais da Universidade. A única estrutura à parte é o Cead, que funciona como apoio logístico da EaD, providenciando serviços de natureza administrativa e logística, como diárias, passagens, pagamentos, dentre outros relacionados ao apoio financeiro e burocrático ligados à UAB.

Os cursos de graduação e pós-graduação a distância oferecidos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e assessorados pelo Centro de Educação a Distância (Cead) fazem parte do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB prioriza a capacitação de professores da educação básica com oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada. No entanto, o programa também disponibiliza cursos superiores em outras áreas do saber.

Todos os cursos a distância da UFJF são gratuitos e mantêm o mesmo padrão de ensino dos cursos presenciais da instituição. São ministrados através da Plataforma Moodle, com atividades diárias (fóruns, chats, e-mails, videoconferência etc.), e as provas presenciais são aplicadas no polo de apoio presencial, geralmente no final de cada período letivo.

3.3. O que diz o projeto político pedagógico-PPP das universidades:

O PPP do curso de Pedagogia da UFOP, afirma:

Assim, pautados nas novas concepções que permeiam o universo da educação, pretende-se, por intermédio do Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, modalidade a distância, oferecer uma formação que permita ao profissional, que já atua ou irá atuar na educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, aprimorarem seus conhecimentos, bem como participar de políticas públicas de valorização desse profissional, permitindo-lhe conquistar sua identidade como professor e educador. Essas ações realizadas por instituições públicas a partir de projetos de extrema relevância como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) permitirão fornecer uma formação qualitativa à população, atingindo melhores níveis de qualidade de vida, formando cidadãos cumpridores de seus deveres e conhecedores de seus direitos, consolidando a importância da formação de professores. (PPP Pedagogia UFOP, 2009, pág. 8).

O PPP do curso de Pedagogia da UFJF diz o seguinte:

O curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF é parte do sistema Universidade Aberta do Brasil, que visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, ampliando o acesso à educação superior pública ao levar tais cursos às diferentes regiões do país. No que concerne especificamente ao curso de Pedagogia, tal expansão e interiorização cumprem o importante papel de criar condições para que professores já em exercício em regiões nas quais há dificuldade de acesso a cursos presenciais possam exercer seu direito à formação, assim como favorecer a formação de novos profissionais da educação devidamente capacitados. Nesse sentido, o curso de Pedagogia na modalidade a distância não substitui ou se sobrepõe àquele oferecido na modalidade presencial, mas configura-se como meio eficaz para promover a democratização e a acessibilidade à educação pública de qualidade na formação docente. (PPP Pedagogia UFJF, 2012, pág. 8).

Embora a EaD tenha, por sua natureza, uma característica de massificação para atender ao mercado de trabalho, os projetos políticos pedagógicos, bem como a dinâmica de funcionamento de ambas as universidades, esse estudo não apontou como foco a massificação do ensino. O parágrafo acima nos mostra um forte indicação de priorizar a democratização do acesso a formação docente. Os projetos apontam ainda uma preocupação com a qualidade dos cursos, a fim de preparar os alunos/ professores para o mercado de trabalho.

Vejamos o que diz o PPP de Matemática da UFOP:

Numa concepção interacionista de conhecimento, na qual o Curso de Licenciatura em Matemática - modalidade a distância - se apoia, o indivíduo atua efetivamente como agente de seu próprio conhecimento, construindo significados e definindo o sentido e a representação da realidade, a partir de suas experiências e vivências em diferentes contextos de interação com outras pessoas. Esse processo propicia o desenvolvimento da autonomia, condição indispensável para a atuação em cursos a distância. (PPP Matemática – UFOP, 2005, pág. 7).

Vejamos o que diz o PPP de Matemática da UFJF:

Ao lado da universalização da educação básica, condição primeira desses processos, a boa qualidade do atendimento escolar tornou-se uma preocupação dos responsáveis pelo setor educacional e da população. Novas concepções relacionadas à educação e ao papel que ela desempenha têm surgido a partir de estudos e pesquisas sobre a produção

e o tratamento do conhecimento e sobre os efeitos do desenvolvimento científico e tecnológico nas interações humanas, em geral, e no processo de ensino e aprendizagem em especial. Cada vez mais, o profissional da educação tem necessidade de desenvolver sua capacidade "de aprender a aprender" e de buscar informações em diversas fontes e de variadas formas, de modo a ser capaz de tomar decisões adequadas a diferentes realidades sociais e econômicas, atuar coletivamente em escolas com grau significativo de autonomia e enfrentar problemas e dificuldades com soluções competentes e criativas. (PPP Matemática – UFJF, 2007, pág. 4).

As citações em destaque reforçam o caráter indispensável da formação das universidades, o desenvolvimento da autonomia. Nos dias atuais, diante do novo contexto do mundo do trabalho, os profissionais devem estar preparados para o desenvolvimento de competências técnicas e relacionais.

Neste sentido, Saviani (1991, p. 29) enfatiza o currículo escolar, a escrita e o conhecimento científico, colocando a escola como mediadora entre o saber popular e o saber erudito, no que se refere à sua superação. "Pela mediação da escola, dá-se a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita". O saber popular seria o ponto de partida e o saber científico o ponto de chegada. A igualdade para Saviani estaria no acesso ao saber sistematizado, portanto, pelo ponto de chegada.

Ele deixa clara a função direta e de intervenção do professor, na medida em que possui o saber teórico, sendo o responsável pela transmissão e socialização desse saber. Cabe ao educando aprender os conteúdos para ultrapassar o saber espontâneo e adquirir o conhecimento sistematizado. Neste sentido, Saviani afirma que: "professor e aluno são vistos como agentes sociais" (grifo meu). Há, portanto, em Saviani, um projeto político-pedagógico de compromisso de mudança social, objetivando uma sociedade igualitária.

4. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada foi amostra por conveniência, que é utilizada quando a participação é voluntária ou os elementos da amostra são escolhidos por uma questão de conveniência. Contudo, o método tem a vantagem de ser rápido, de baixo custo e fácil realização.

A técnica de amostragem não probabilística procura obter uma amostra de elementos convenientes, que podem ser usados em projetos de pesquisa exploratória para gerar ideias ou hipóteses de um determinado tema, como no caso de comparação de duas instituições de ensino, tema deste trabalho de investigação.

O tipo de amostragem utilizado nesse trabalho foi intencional e por conveniência, considerando o público-alvo de interesse da pesquisa pertencente às universidades em foco. Os questionários foram aplicados de 02/05/2012 a 02/07/2012. Para estimular o preenchimento dos questionários, foi oferecido o envio de um resumo dos resultados finais do estudo.

A amostra é claramente considerada como não probabilística devido ao fato de ter sido escolhida com base no julgamento pessoal e conveniência do pesquisador, o qual pode arbitrar e decidir sobre sua composição.

A amostra por conveniência não é representativa da população. Ocorre quando a participação é voluntária ou os elementos da amostra são escolhidos por uma questão de conveniência. Por isso, o processo amostral não garante à partida que a amostra seja representativa.

Tendo em vista o processo de greve em curso nas universidades, o percentual de participação foi prejudicado, o que não nos permitiu uma maior abrangência da pesquisa.

O questionário foi enviado para 211 professores/tutores dos cursos de licenciatura em Pedagogia e Matemática da UFOP, sendo que, desse total, 52 responderam, o que representa aproximadamente 24,5% do total. Os questionários foram enviados ainda para 132 professores/tutores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Matemática da UFJF, sendo que desse total, 41 responderam, o que representa aproximadamente 31,5% do total.

Veremos a seguir, os resultados da pesquisa.

5. Ead e Democratização do Ensino - Resultados da Pesquisa

Duas questões foram utilizadas para construir o indicador relativo à contribuição da EaD para a democratização do acesso à educação pública, são elas:

- 1) *Indique o Grau de Ligação da EaD à democratização do Ensino.*
- 2) *Em função de que a EaD está relacionada com a democratização do Ensino.*

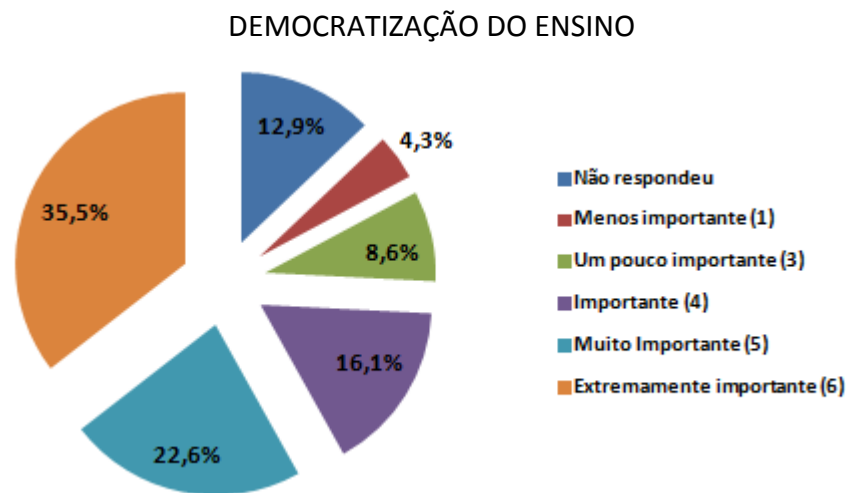


Figura 1

Fonte: Elaboração própria

Segundo os resultados da pesquisa, ao perguntar sobre o grau de ligação da EaD com a democratização, 35,5% dos respondentes indicaram a democratização como extremamente importante (nível 6), o que indica o nível mais alto; 22,6%, muito importante (nível 5), o que indica um nível de significativa importância; 16,1% importante (nível 4), ligeiramente importante; 8,6% indicaram um pouco importante, (nível 3), o que

indica média ligação; 4,3% menos importante (nível 1), o que indica quase ou nenhuma ligação; e 12,9% não responderam.

Tabela 1. Quadro Comparativo De Respostas

Percentual de Respostas	Equivalência
35,5%	Extremamente importante (nível 6)
22,6%,	Muito importante (nível 5)
16,1%	Importante (nível 4)
Total: 74,2 %	A maioria dos participantes da pesquisa indicaram um nível importante de ligação da EaD com a democratização.

Fonte: Elaboração própria

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos quando se perguntou em função de que a EaD está relacionada com a Democratização do Ensino:

EAD E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	Aceita universalmente	5	5,4	5,4	5,4
	Educação	28	30,1	30,1	35,5
	Educação / Formação	7	7,5	7,5	43,0
	Educação / Inclusão	7	7,5	7,5	50,5
	Educação / Inclusão / Formação	2	2,2	2,2	52,7
	Educação / Universalidade	1	1,1	1,1	53,8
	Formação	18	19,4	19,4	73,1
	Inclusão	3	3,2	3,2	76,3
	Inclusão / Formação	1	1,1	1,1	77,4
	Inclusão / Formação / Universalidade	5	5,4	5,4	82,8
	Inclusão / Universalidade	1	1,1	1,1	83,9
	Não Respondeu	15	16,1	16,1	100,0
	Total	93	100,0	100,0	

Figura 2

Fonte: Elaboração própria utilizando o Statistical Package for the Social Sciences – SPSS

Ao analisar a relação da EaD com a Democratização do Ensino, verificamos que 30,1% dos respondentes indicaram uma relação com o *acesso à educação a todos os cidadãos*, 19,4% relacionaram a *tornar acessível a todos um direito do cidadão, que é a formação profissional*. Neste item, *educação e formação* foram os mais indicados em relação a tornar acessível a todos um direito que é a formação profissional, e 5,4% indicaram o item como sendo uma modalidade aceita universalmente. Vejamos o gráfico a seguir.

CURVA ABC - EAD E DEMOCRATIZAÇÃO

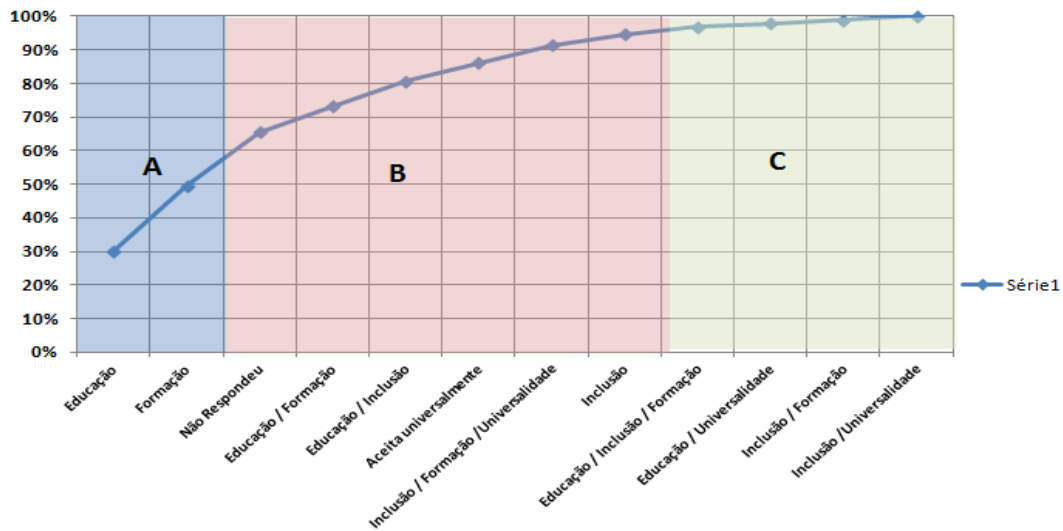


Figura 3

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2. Frequência De Resposta- Curva Abc

Curva	Quantidade de Respostas
A	46
B	42
C	5
Total	93

Fonte: Elaboração própria

Ao indicar que o acesso à educação a todos os cidadãos e tornar acessível a todos um direito do cidadão, que é a formação profissional, os resultados nos apontam para uma forte indicação de que a EaD está fortemente relacionada à democratização do acesso à educação pública.

6. Considerações Finais

Este trabalho não tem a pretensão de responder a todas as questões que o tema suscita e tão pouco esgotá-los. Pelo contrário, tendo por base a análise dos problemas educacionais pretendemos incentivar a reflexão sobre pontos de extrema importância suscitando as questões que envolvem a educação e as políticas públicas educacionais contemporâneas.

Torna-se necessário implementar mudanças significativas nas políticas e práticas educativas para alcançar um modelo de desenvolvimento que permita o alcance da justiça social. A Educação deve permitir a formação de cidadãos e uma educação

inclusiva, que tenha um valor econômico, suportada por uma sociedade que ofereça condições de competitividade e de aplicação do conhecimento gerado.

Sabemos que mesmo com as inúmeras reformas e com os crescentes esforços de transformação a sociedade continua sendo antidemocrática e ineficiente para tratar a educação como um problema.

Para isso ainda é necessário que se forme um diálogo entre os gestores dos sistemas educativos, professores e profissionais da educação e que este novo modelo seja construído em conjunto com a sociedade.

Neste sentido, podemos constatar, através dos modelos apresentados, que a EaD contribui para a democratização do acesso à educação pública, na medida em que contribui para o acesso à formação profissional de milhões de pessoas que não teriam acesso a uma formação universitária se a EaD não existisse. Embora ainda exista um grande preconceito com relação a EaD, esta modalidade de ensino começa a se tornar popular, atingindo diversas camadas da sociedade. Considerando os resultados da pesquisa, segue o exposto:

A EaD contribui para a democratização do acesso à educação pública?

Resposta: A EaD está relacionada à democratização do ensino em função de proporcionar o acesso à educação pública a todos os cidadãos, tornando acessível um direito que é a formação profissional.

Este estudo não termina aqui, ele se apresenta como uma oportunidade de fornecer elementos para a continuidade da pesquisa em educação bem como para o estudo sobre Ead e Democratização no contexto das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

7. Referências

DECRETO Nº 5.800, DE 8 DE JUNHO DE 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – Disponível em <UAB.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. > Acessado em 05-08-2011.

DECRETO Nº 1.917, DE 27 DE MAIO DE 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1917.htm. >. Acesso em 05-06-2011.

DECRETO N.º 2.561, DE 27 DE ABRIL DE 1998. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>>. Acesso em 04-07-2011.

FERREIRA, Nilda Tevês, **Cidadania: uma questão para a educação, os princípios do estado moderno e a cidadania brasileira, analisados do ponto de vista da pratica educacional.** Editora Nova Fronteira. 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Versão Eletrônica.

LARROSA, Jorge. **A libertação da liberdade**. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (orgs.). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acessado em 05-07-2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GABINETE DO MINISTRO. Portaria n.º 2253 de 18 de outubro de 2001

Publicada no DOU em 19/10/2001<<http://www.unesp.br/proex/portaria2253.htm>>, Acesso em 04-07-2011.

MACHADO, Lucília. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo. Cortez/ Autores Associados, 1989.

OTRANTO, Celia Regina. **A Reforma da Educação Superior do Governo Lula da Silva: Da Inspiração à Implantação**. Trabalho apresentado na 29ª ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), out/2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Juiz de Fora – MG. 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Juiz de Fora – MG. 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Ouro Preto – MG. 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Ouro Preto – MG. 2009.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - SEED. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 04-06-2011.

SOBRE O CEAD DA UFOP. Disponível em <<http://www.cead.ufop.br/>>. Acesso em 04-05-2012.

SOBRE O CEAD DA UFJF. Disponível em <<http://www.cead.ufjf.br/>>. Acesso em 04-05-2012.

UNIREDE. Disponível em <<http://www.aunirede.org.br/portal/>>. Acesso em 0-05-2012.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. Disponível em <<http://uab.capes.gov.br/>>. Acesso em 09-05-2012.